

O EXPRESSO na campanha eleitoral através do país

INICIADA na passada terça-feira, a campanha eleitoral faz movimentar partidos, frentes e grupos de cidadãos em múltiplos encontros e comícios de propaganda. No entanto, a campanha, de âmbito diferente das anteriores, não poderá ser transmitida pela rádio ou televisão, sendo a primeira menção de um comício considerada como propaganda partidária.

Consideradas importantes para a administração local e a democratização da vida nacional como salienta o comunicado da CNE emitido na abertura da campanha — estas eleições constituirão um importante teste para os grandes partidos, essencialmente empenhados em reforçar ou pelo menos manter as posições adquiridas no âmbito da Assembleia da República. Entretanto, um importante problema continua a colocar-se com a maior premissa: a definição das funções e competências dos órgãos autárquicos. As competências estão vagamente determinadas no dec. lei 701/A/76, completando-se com o Código Administrativo marcelista ainda em vigor.

Até ao momento, a Assembleia da República não abordou o tema. Deste modo, e como já foi referido no EXPRESSO, o cidadão que eventualmente seja eleito ver-se-á perante um estatuto provisório que se terá de modificar em função do que a AR determinar. Só que essa deter-

minação, se não for especificada antes das eleições, será feita em acordo com os resultados obtidos por cada partido e obedecendo as alianças táticas que esses resultados aconselhem.

Outra das questões que se levanta é a da autonomia financeira local. Em Novembro de 1974, durante a vigência do III Governo Provisório, realizou-se uma reunião com o Ministro Costa Brás da qual saiu um projecto de lei estipulando que 70% apenas os restantes 30% absorvidos pelas instâncias centrais. No entanto, esse projecto não teria seguimento. Sabe-se que o PS, através da Assembleia da República, pretendeu levantar a questão, sem que, até ao momento, essa pretensão tenha ido avante.

Entretanto, continua a correr o recurso apresentado pela FEPU contra a decisão do juiz de Torres Vedras que recusou a lista desta Frente por não reconhecer a sua existência legal. Esta atitude é considerada bastante estranha tanto mais que se trata de uma Frente existente a nível nacional e reconhecida por todos os restantes magistrados que apreciaram processos.

Nesta edição, o EXPRESSO faz o ponto da campanha, em zonas do país a Norte so Tejo. No próximo número incluiremos uma panorâmica sobre outras áreas.

Viseu: predominam as listas PSD e CDS

VISEU — Do nosso correspondente — O actual panorama político do Distrito de Viseu é algo confuso, fruto de vários factores, tanto de carácter local, como de carácter nacional.

Em termos locais, sobressai a incapacidade patente, demonstrada por todos os partidos, de conseguirem alicerçar estruturas de apoio, quer por falta de meios, quer por falta de quadros suficientes. Trata-se do distrito com maior número de concelhos (24) e um dos que tem maior número de freguesias (360), o que obriga à mobilização de militantes dirigentes em número e qualidade

que, determinados factores sociais e económicos, tornam extraordinariamente difícil.

A improvisação tem imperado em muitas circunstâncias e, certas falhas evidentes na propositura de candidaturas às autarquias, apenas vêm confirmar essa situação.

Se, ao nível de Câmaras, quase todos os partidos conseguiram apresentar listas aceitáveis, já nas freguesias se nota uma "colheita" de nomes que, muitas vezes, nada dizem aos cidadãos eleitores. E, porque o eleitor vai votar muito mais nas pessoas do que nos partidos, parece-nos, desde já, muito perigoso retirar ilações

políticas dos resultados que se vierem a verificar.

Na maior parte do país os candidatos são do conhecimento directo e pessoal da maioria dos eleitores, o que condiciona o voto muito mais do que as siglas que os apresentam. Só em caso de coincidência partido-candidato ou de alienação partido-eleitor se dará uma convergência do voto.

A flutuação do eleitorado entre as eleições para a assembleia constituinte e a assembleia da República, foram ainda mal analisadas e, por isso, não são detectáveis as razões-força que a determinaram. Contudo, alguns pontos se alteraram tanto na vida interna dos partidos, como no contexto nacional, o que leva a deduzir que também por aí os dados serão alterados.

Dos três partidos com maior implantação regional (PSD, CDS e PS) o PSD é o que concorre com maior número de listas, seguido pelo CDS e pelo PS. A FEPU concorre a todas as câmaras e os GDUP's têm uma participação muito simbólica. Os arranjos interpartidários são meramente pontuais — Carregal do Sal PSD/D/PS, S. Pedro do Sul, PS/FEPU, Sernancelhe PSD/CDS — e o número de listas multipartidárias ou de independentes, em freguesias, também não é significativo.

Até ao momento, são poucos e sem grande significado os "casos" eleitorais verificados e ressaltam mais pela curiosidade do que pela gravidade. Assim, dois presidentes de comissões administrativas, propostos pelo PSD, em S. Pedro do Sul e S. João da Pesqueira, aparecem agora a encabeçar a lista do CDS. Consta que determinados atritos pessoais justificaram as mudanças. Em Camas de Senhorim, a maior freguesia do concelho de Nelas, cria corpo um movimento no sentido de levar a população local a abster-se totalmente nas futuras eleições, a fim de pressionar um projecto de criação de um concelho autónomo. Manobrando com o bairrismo das pessoas é possível que essa ideia venha a concretizar, o que não deixará de ser mais uma originalidade.

Anote-se, por fim, que em 97 freguesias (26,5%) não se realizarão eleições para as respectivas assembleias, em virtude de terem menos de 300 eleitores.



A MENOS DE uma semana das eleições para as autarquias, o Norte tem-se revelado quase alheio a esta última etapa da implantação democrática. A indiferença que se verifica no Porto e nas cidades de maior dimensão difere daquela que se observa nos meios rurais, onde os meios de divulgação e esclarecimento dificilmente chegam.

No concelho de Monção, por exemplo, um dos maiores do distrito de Viana do Castelo, é quase completa a ausência de interesse pelo acto cívico. O concelho é composto por 15 freguesias, tantas como a cidade do Porto. A densidade demográfica, em função do último censo, aproxima-se de 2,5 mil pessoas. Uma população dispersa por lugares de feição rural, entregue, na maior parte, a uma servidão e vivência desumanas.

Num dos lugares da freguesia de Longos Vales apenas duas casas com condições de habitabilidade, construídas por emigrantes. Tudo o resto não passa de pedras quase seculares, sem o mínimo de condições. Quando perguntamos a uma mulher quem pensaria que podia servir para a sua Assembleia de Freguesia respondeu a freguesia nunca se interessou pelos problemas de cada um. O fонтенário, toso, que existe, foi feito e pago pelos moradores. A energia eléctrica, que passa a dois quilómetros, ainda não chegou ao seu "lugar". As crianças andam quilómetros, a pé, com frio e chuva para irem à escola.

A sede do Concelho, Monção, oferece uma imagem de capacidade económica incipiente. Assenta no comércio, na poupança dos emigrantes, um pouco, também, no intercâmbio com a vizinha Espanha. O actual presidente da Comissão Administrativa da Câmara lamenta-se que em toda a região não exista uma única indús-

Pouco interesse pelas eleições no concelho mais ao Norte

tria. O presidente, José Rodrigues Samarra, aparece à cabeça da lista, proposto pelo PSD/PPD. Afirmou-se lavrador e, por isso, com capacidade para entender os problemas da região. Numa pronúncia com forte sotaque espanhol, que atribuiu a uma permanência de 30 anos em Cuba, diria que a Câmara tem vários projectos de melhoramentos para 1977. A abertura de alguns caminhos, a edificação de benfeitorias públicas. O único engenheiro ao serviço da Câmara dizia que as carências eram de toda a espécie e o orçamento camarário está muito aquém das necessidades. Há quem considere que José Samarra está há muito tempo na Câmara e que esta devia ser dinamizada. Curiosamente, aparece como candidato considerado com essas características. Daniel Fernandes Domingues, antigo capitão em Angola, proposto pelo CDS. Segundo opinião corrente, o candidato do CDS beneficiará muito dos votos dos retornados que se encontram na região.

A lista PS, entretanto, faz candidato o médico da vila, Manuel da Cruz Soares, enquanto que a Frente Eleitoral Povo Unido apresenta à cabeça da lista um empregado bancário, Manuel Alves Pego.

As freguesias apresentam outras características. Em Barbeta, por exemplo, não há nenhum partido concorrente, aparecendo o Grupo de Eleitores de Barbeta, com lista única. Ao que apuramos trata-se da junção de nomes afectos aos vários partidos. Uma espécie de coligação local. Outro aspecto que foi relatado será o de vários elementos da mesma família se distribuírem pelos vários partidos com o fórmula de garantia para representatividade.

Outra das curiosidades surge na lista apresentada pela Frente Eleitoral Povo Unido, FEPU. Entre os elementos apresentados para a Assembleia Municipal aparece um ex-agente da Guarda Republicana e um ex-chefe de esquadrão da PSP e ainda um guarda nocturno.

Do dr. Silva Graça recebemos um esclarecimento sobre a notícia "Quem são os candidatos à Câmara de Lisboa" em que era apresentado por lapso, como candidato do PCP "Embora militante do Partido Comunista Português — escreve Silva Graça — integrado nas listas da FEPU — Frente Eleitoral Povo Unido, constituída legalmente pelo PCP e MDP/CDE a quem aderiram independentes e a FSP — que me candidato a Câmara Municipal de Lisboa, facto que o Expresso omitiu.

"Igualmente publicou o vosso jornal a pequena nota biográfica para as quais não fui consultado, nomeadamente a profissão — licenciado em Medicina e investigador do Instituto Gulbenkian de Ciência — referida nas notas biográficas de todos os outros candidatos".

N.R. — O facto de o dr. Silva Graça se encontrar fora de Lisboa na altura da recolha dos depoimentos escritos e a circunstância de este ter sido obtido, mais tarde pelo telefone motivaram as insuficiências que aponta, aliás sem intenção da nossa parte. Pelo lapso pedimos desculpa.

Rectificação

Do dr. Silva Graça recebemos um esclarecimento sobre a notícia "Quem são os candidatos à Câmara de Lisboa" em que era apresentado por lapso, como candidato do PCP "Embora militante do Partido Comunista Português — escreve Silva Graça — integrado nas listas da FEPU — Frente Eleitoral Povo Unido, constituída legalmente pelo PCP e MDP/CDE a quem aderiram independentes e a FSP — que me candidato a Câmara Municipal de Lisboa, facto que o Expresso omitiu.

"Igualmente publicou o vosso jornal a pequena nota biográfica para as quais não fui consultado, nomeadamente a profissão — licenciado em Medicina e investigador do Instituto Gulbenkian de Ciência — referida nas notas biográficas de todos os outros candidatos".

N.R. — O facto de o dr. Silva Graça se encontrar fora de Lisboa na altura da recolha dos depoimentos escritos e a circunstância de este ter sido obtido, mais tarde pelo telefone motivaram as insuficiências que aponta, aliás sem intenção da nossa parte. Pelo lapso pedimos desculpa.

Castelo Branco: "Povo Unido" à frente na campanha

CASTELO BRANCO — (do nosso correspondente) — Apesar de aparente acalmia, a actividade eleitoral entrou em marcha desde há duas semanas atrás. Começou com a visita-surpresa do ministro da Administração Interna que se veio inteirar se, a nível técnico, tudo estava a postos, e prosseguiu com a deslocação a este distrito de várias personalidades ligadas a partidos como Amaro da Costa (CDS), António Guterres (PS) e Pedro Roseta e Sêrvulo Correia (PSD/PPD).

De entre todos os concorrentes tem sido notória a organização e militância da Frente Eleitoral Povo Unido que difundiu amplamente duas comunicações e movimentou, em caravana, largas dezenas de activistas.

O PS, partido maioritário do Distrito, e que concorre no maior número de freguesias, tem-se mantido silencioso, sabendo-se, no entanto, que prepara um "manifesto eleitoral" dirigido à população. O PSD/PPD, 2.º partido do distrito, e igualmente em segundo lugar quanto ao número de freguesias a que concorre, limitou-se a anunciar um ciclo de conferências sobre "Desenvolvimento Regional", a realizar em Janeiro, e sob a orientação de deputados seus pelo distrito.

O CDS concorre em quase todas as freguesias do norte do distrito (onde se lhe atribui fraca implantação), e em número reduzido no sul, nomeadamente na zona do Pinhal, onde aliás obteve razoável número de votos nas últimas eleições.

Quanto aos restantes partidos, os GDUPS concorrem no concelho da Covilhã, à Assembleia Municipal e seis freguesias; o MRPP concorre à Câmara de Castelo Branco e Covilhã; a LCI apenas a esta última Câmara. O PCP (m-l), que chegou a anunciar a sua candidatura à Câmara de Castelo Branco, acabaria por não formalizá-la.

De assinalar, entre as várias freguesias onde aparecem listas de cidadãos, os casos de Alcains e Tortozendo, dois pólos industriais do distrito. Na primeira — terra do Presidente Eanes — aparece apenas uma lista sob a sigla "Unidade de Trabalho e Progresso para Alcains"; na segunda, apontada habitualmente como "domínio" do PC, aparecem duas listas partidárias (PS e PPD/PSD), e uma terceira proposta por um grupo de cidadãos.

Embora seja extremamente difícil fazer previsões, crê-se que o número de abstenções nos meios urbanos vai ser mais elevado do que nas freguesias rurais, uma vez que, aqui, o voto incidirá essencialmente nas pessoas que formam as listas e menos nos partidos ou organizações que as promovem.

Em relação às eleições para as Juntas de Freguesia do concelho de Coimbra, para além das listas partidárias, verifica-se o aparecimento de listas de grupo de cidadãos ("Por uma Freguesia mais desenvolvida", "Unir para progredir", "Ponder do Trabalho, Vitória Certa", "Lista independente", etc.) detectando-se em geral, um enfraquecimento aos vários partidos políticos, mesmo quando rotulados de "independentes".

Na eleição para a Câmara de Coimbra, tudo aponta para uma vitória do Partido Socialista, largamente maioritário em Abril de 1976 e agora com uma lista considerada "forte". Quanto aos outros partidos concorrentes à C.M., é de registar a dificuldade do PPD/PSD em encontrar um "cabeça-de-lista". Um dos escolhidos, o General na reserva Delgado e Silva, declinou o convite. Por outro lado, segundo um dos responsáveis deste partido, há o inconveniente do lugar de presidente da câmara obrigar ao "full-time" e ser relativamente mal pago". No CDS, que nas eleições para a Assembleia da República ganhou votos (em desfavor do PS, principalmente) prevê-se agora um recuo, devido sobretudo ao emperramento da "máquina" local. A F.E.P.U recolherá votos na clientela habitual do PCP e seus "companions de route", além do mais porque as figuras dos seus "cabeça-de-lista", para a C.M. e para a A.M., são bastante polémicas o primeiro, pela sua passagem pela direcção da A.A.C. e, mais recentemente pela empresa em autogestão "Mondorel", e o segundo enquanto gestor recentemente demitido de um dos liceus da cidade). Registe-se ainda a participação do MRPP, dos

Coimbra: PS em posição de força

GDUPS e da LCI, já que PPM e PCP (m-l) viram as suas candidaturas recusadas, por incorrecções várias.

Em relação às eleições para as Juntas de Freguesia do concelho de Coimbra, para além das listas partidárias, verifica-se o aparecimento de listas de grupo de cidadãos ("Por uma Freguesia mais desenvolvida", "Unir para progredir", "Ponder do Trabalho, Vitória Certa", "Lista independente", etc.) detectando-se em geral, um enfraquecimento aos vários partidos políticos, mesmo quando rotulados de "independentes".

Na eleição para a Câmara de Coimbra, tudo aponta para uma vitória do Partido Socialista, largamente maioritário em Abril de 1976 e agora com uma lista considerada "forte". Quanto aos outros partidos concorrentes à C.M., é de registar a dificuldade do PPD/PSD em encontrar um "cabeça-de-lista". Um dos escolhidos, o General na reserva Delgado e Silva, declinou o convite. Por outro lado, segundo um dos responsáveis deste partido, há o inconveniente do lugar de presidente da câmara obrigar ao "full-time" e ser relativamente mal pago". No CDS, que nas eleições para a Assembleia da República ganhou votos (em desfavor do PS, principalmente) prevê-se agora um recuo, devido sobretudo ao emperramento da "máquina" local. A F.E.P.U recolherá votos na clientela habitual do PCP e seus "companions de route", além do mais porque as figuras dos seus "cabeça-de-lista", para a C.M. e para a A.M., são bastante polémicas o primeiro, pela sua passagem pela direcção da A.A.C. e, mais recentemente pela empresa em autogestão "Mondorel", e o segundo enquanto gestor recentemente demitido de um dos liceus da cidade). Registe-se ainda a participação do MRPP, dos

principal particularidade, a não participação do CDS nas eleições para a C.M. Segundo algumas fontes, essa não participação deve-se à fraca implantação deste Partido na cidade vizieira.

Segundo outras, trata-se de uma manobra política que visa, principalmente, fortalecer a lista do PPD/PSD. Aqui prevê-se uma luta acesa entre F.E.P.U e PS para o lugar de partido mais votado.

Em relação às listas concorrentes à Junta de Freguesia da Marinha Grande, aparece, para lá das listas partidárias, a "Força do 25 de Abril", organizada pelas comissões de moradores locais.

Em Leiria, nas eleições para a C.M., concorre, para além dos principais partidos e da F.E.P.U., o MRPP, a LCI e o PCP (m-l). PSD e PS disputarão o maior número de votos, em mais de 50 mil eleitores. Na Marinha Grande, como

RECHEIO DE MORADIA

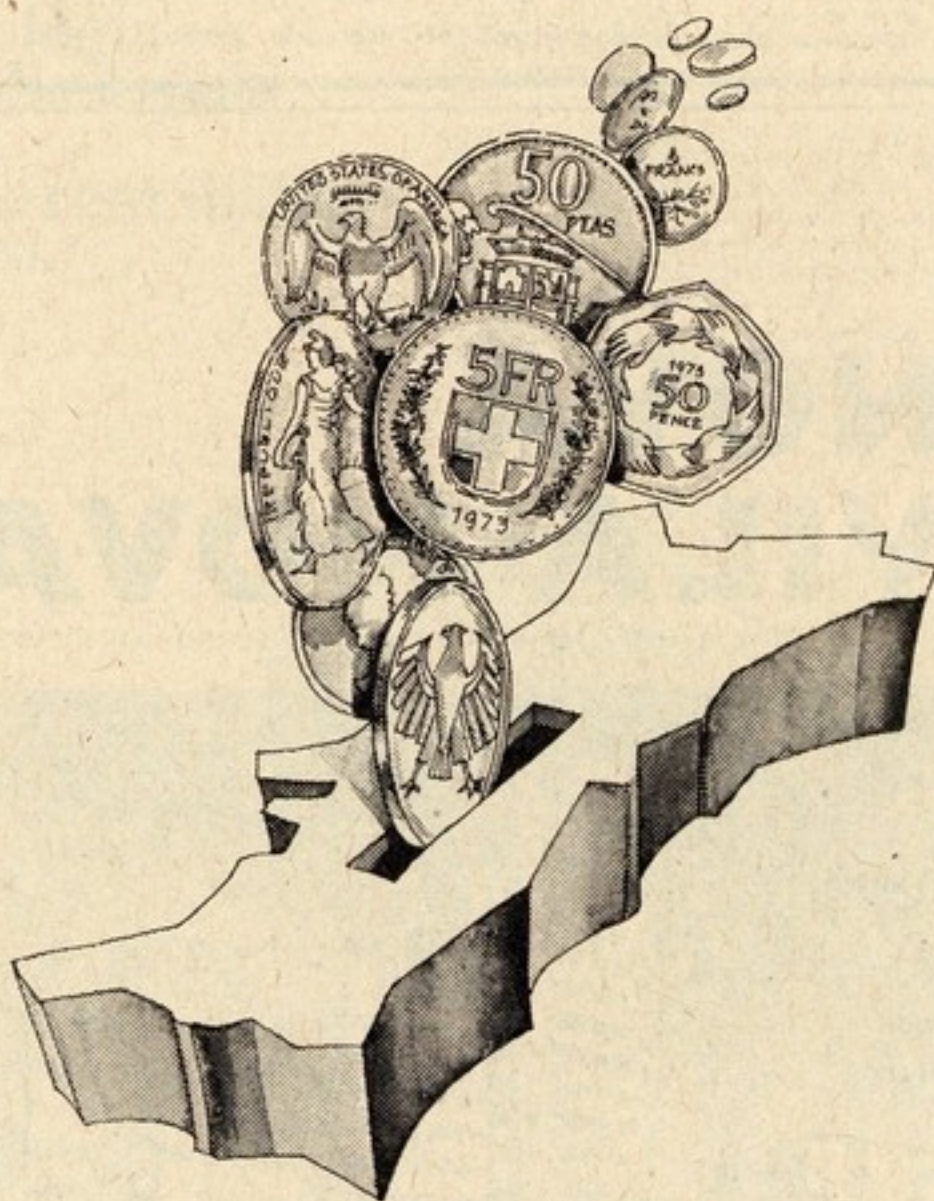
VENDE-SE SÁBADO E DOMINGO, DAS 15 AS 20 HORAS

TODO O MOBILIÁRIO DE ESTILO EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE

Mobiliás completas e vários conjuntos de casa de jantar estilo Renascença, inglês, séc. XVII, Luís XVI, mobílias de quarto e vários conjuntos estilo D. José, Renascença, Filipino, D. Maria, séc. XVII e várias camas soltas de casal e pessoa só estilo D. Maria, D. José, barroco, bilros, Luís XVI e ainda camas em latão e em ferro, cómodas, escrivaninhas, roupeiros de 2, 3 e 4 portas, armários bengaleiros, cantoneiras, estantes de sala e escritório sendo 1 em noqueira, mesa de trabalho, carrinhos de chá, mesa de jogo, mesas de sala em talha e em metal com tampo de vidro, credências, espelhos, quadros, gravuras, candeeiros de tecto e de mesa, apliques, carpetes, maples soltos, maples para quarto em veludo, jogos de maples em veludo sendo 2 com sofá-cama, relógios de mesa e várias peças de decoração.

AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, 22 (Moradia perto do Inst. Sup. Técnico)

A sua iniciativa pode transformar-se em divisas

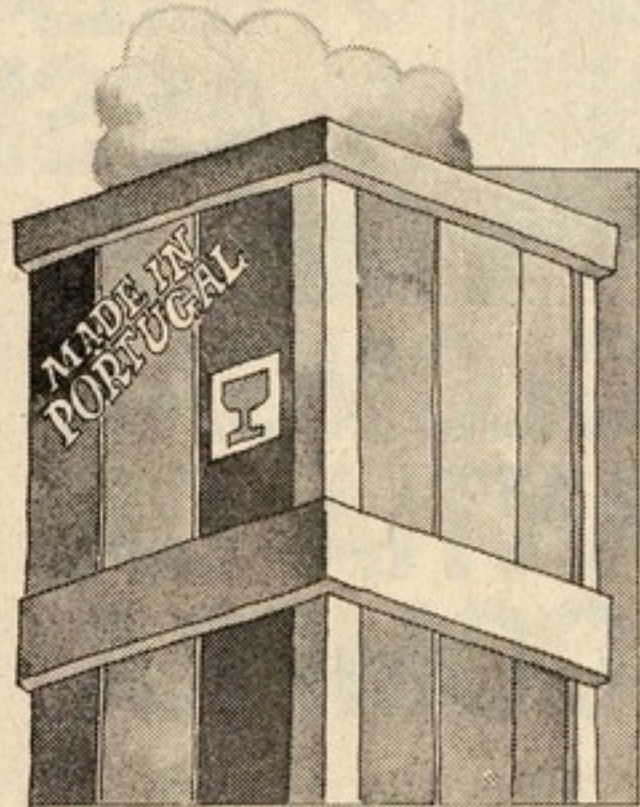


É por isso que estamos prontos a confiar-lhe dinheiro.

Com o apoio do Banco de Fomento Nacional pode enfrentar a concorrência internacional.

juntos ajudamos a reconstruir Portugal

A exportação, todos sabemos, pode ser um dos grandes pulmões do relançamento da economia nacional.



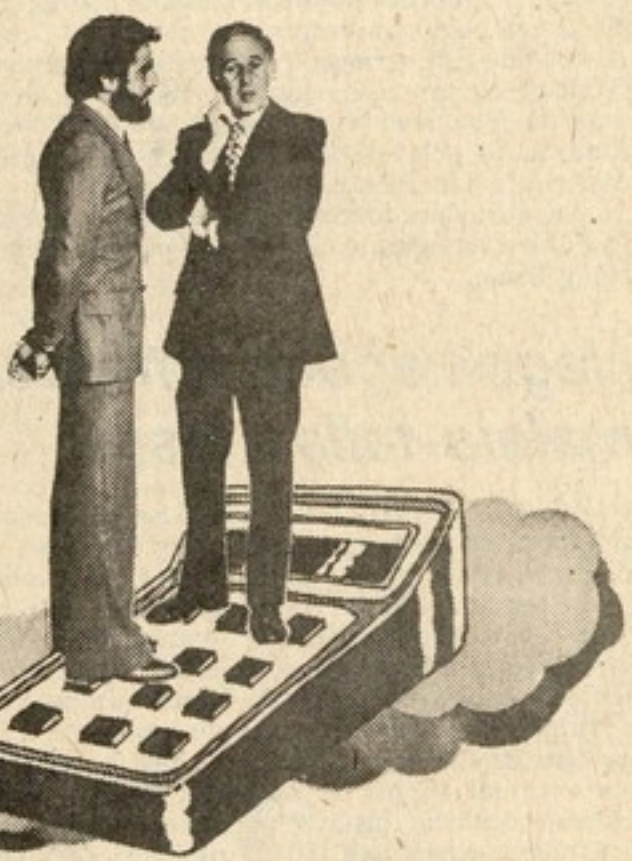
A entrada de divisas revitaliza o país e ajuda a equilibrar a balança de pagamentos. Junte a sua imaginação, o seu esforço criador, a sua iniciativa às nossas possibilidades. Oferecemos-lhe condições extremamente vantajosas.

crédito à exportação a médio e longo prazo

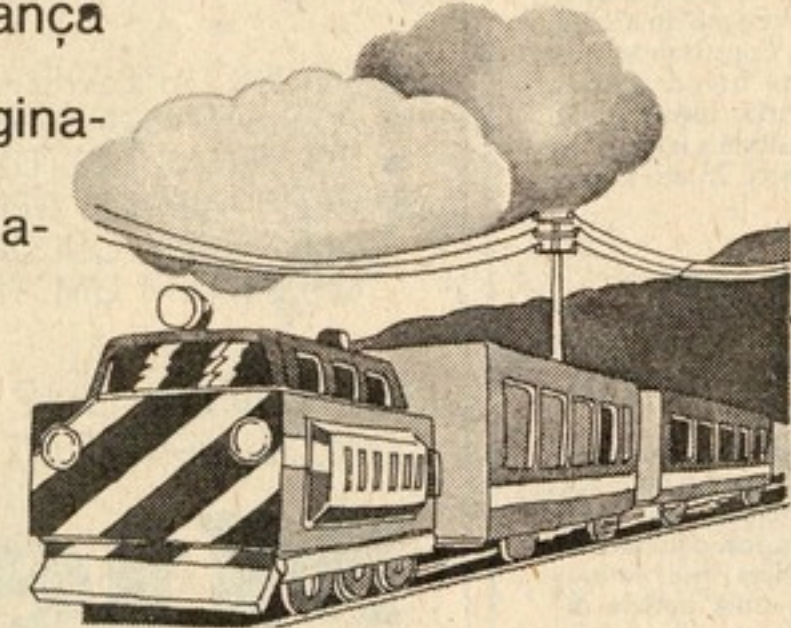
O crédito à exportação do Banco de Fomento Nacional visa o desenvolvimento e o progresso da nossa economia. Por isso o concedemos aos bens de equipamento e serviços, com incorporação maioritária de produto nacional.

condições e garantias

As nossas garantias principais são o seu trabalho e a sua iniciativa. As outras, visam apenas a segurança de ambas as partes.



Não pretendemos nem limitar nem controlar a sua actividade. Venha falar connosco. Procure-nos em qualquer das nossas delegações em todo o país.



Banco de Fomento Nacional

Para a economia de todos, as economias de cada um!

Sede: Lisboa - Rua Mouzinho da Silveira, 26.

Delegações: Aveiro · Beja · Braga · Bragança · Castelo Branco · Coimbra · Évora · Faro · Funchal · Guarda · Leiria · Ponta Delgada · Portalegre · Porto · Santarém · Setúbal · Viana do Castelo · Vila Real · Viseu